



Movimento feminino ou feminista? Teoria sobre movimento social feminino

Clodoaldo do Nascimento Bastos¹
Universidade Federal de Goiás (UFG)
clodoaldobastos@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise teórica sobre movimentos sociais, mais especificadamente sobre movimento social feminino, e diferenciar este, que é a totalidade, de sua ramificação, que é a ideologia feminista, e que faz parte do movimento social feminino, mas não é o movimento em si. Aqui trataremos o feminismo enquanto ideologia ligada aos interesses das mulheres das classes dominantes e relacionados ao modo de pensar dominante de cada época, como o feminismo existencialista, liberal e pós-estruturalista; diferente do movimento feminino das trabalhadoras proletárias. Outro tema que será pauta de nossa discussão é o contemporâneo, e famigerado, conceito de *gênero*, que faz parte dos discursos feministas pós-estruturalista, entretanto é incoerente com uma abordagem totalizante e crítica da sociedade como propomos aqui. A priori teorizaremos sobre movimentos sociais de forma geral, e depois especificaremos o movimento feminino. Nossa abordagem será materialista, partirá das relações concretas e históricas, e o nosso método é o dialético, visualizando a sociedade como uma totalidade resultante de múltiplas determinações, sendo uma delas a fundamental.

Palavras-chave: movimento social feminino, feminismo, gênero.

Introdução

As mulheres se tornaram protagonistas na vida social, deixaram de ser apenas donas de casa, objetos “passivos” de maridos, pais, patrões, sacerdotes e tomaram as rédeas de seu destino. Mesmo com as mudanças ocorridas no mundo moderno, nas sociedades capitalistas pós revoluções políticas burguesas, como a mais famigerada Revolução Francesa, da revolução industrial com sua urbanização, mercantilização e burocratização das instituições e da vida social; elas, as mulheres, ainda sofrem com a opressão, com a violência, com menores salários, prostituição, com a erotização de sua imagem.

Devido a permanência das situações descritas acima que a luta das mulheres continua, pois elas continuam sendo exploradas no trabalho, subordinadas na vida familiar, estupradas, assassinadas, coadjuvantes nas decisões políticas. Logo, a mulher ainda tem que lutar por sua emancipação.

Mas a emancipação da mulher é apenas lutar pelo direito de voto, de ganhar mais, de não ser estuprada? Nesse artigo pretendemos mostrar que não; que a mulher não se tornará livre, autônoma se não lutar por uma sociedade livre e autônoma, assim como toda a humanidade.



¹ Graduado em história (UEG), mestre em sociologia (UFG).



Uma das formas de luta das mulheres é através das lutas de seu grupo social feminino, dos movimentos sociais. Entretanto, a luta dos movimentos sociais femininos se confunde com a luta feminista? Será esse um dos pontos-chaves de nossa discussão nesse texto.

Primeiramente tentaremos, em diálogo com a obra do sociólogo Nildo Viana, teorizar o que vem a ser movimento social, depois discutiremos a questão feminina e a luta específica dos movimentos sociais das mulheres.

Movimentos Sociais

Os movimentos sociais são formados por grupos sociais; não devemos aqui confundir movimentos sociais com movimentos classistas e burocráticos como os sindicatos e partidos políticos, pois esses não têm como base grupos sociais.

Grupos sociais são conjuntos de pessoas com algo em comum, como aspectos físicos, situação social, projetos políticos e culturais. Como coloca Nildo Viana (VIANA, 2016) há três tipos de grupos, assim temos grupos orgânicos, onde pessoas nascem com determinadas características físicas em comum; é o caso de pessoas com o mesmo sexo, pessoas com a mesma “raça”, como mulheres e negros respectivamente. Outro grupo é o situacional, derivado de determinada situação social que cria o grupo, temos como exemplo o grupo social de estudantes e o grupo de pessoas sem teto, o primeiro relacionado com a situação estudantil e o segundo com a falta de moradias. Por fim temos os grupos culturais que se formam em torno de crenças, doutrinas, projetos, é o caso de pacifistas, ecologistas etc.

Assim, alguns indivíduos nascem pertencendo a determinados grupos sociais, outros são constrangidos por sua inserção em determinadas relações sociais e há aqueles que escolhem devido suas opções políticas e/ou culturais (VIANA, 2016, p.27).

O grupo social engendra, como diz Viana, o movimento social, mas nem todos do grupo fazem parte do movimento. Apenas ter características, projetos e situações sociais em comum não faz de um grupo de pessoas um movimento social, é preciso que parte desse grupo passe ser ativo, tenha consciência de pertencer a um grupo e faça mobilizações com determinados objetivos. Nem todos os negros fazem parte do movimento negro, assim como nem todos estudantes ou pessoas com “consciência ecológica” fazem parte do movimento estudantil e do ecológico respectivamente.

Para que haja movimentos sociais tem que haver situação social específica, nela teremos insatisfação social que leva parte das pessoas do grupo terem sentimento de pertencimento e se mobilizarem para sanar os problemas relacionados a essa insatisfação.

A insatisfação pode ser devido à falta de moradias, a opressão do homem sobre a mulher, insatisfação com segregação e o racismo, ou mesmo insatisfação de racistas com ascensão de negros às universidades, legislações antirracistas etc.



A insatisfação social também cria grupos sociais, como dissemos acima e demos os exemplos dos estudantes e dos sem tetos; nesses casos ela cria os grupos e leva os mesmos a serem ativos, tornando-se movimento social.

Todo movimento social tem um objetivo, por isso as pessoas do grupo se mobilizam fazendo protestos, escrevendo textos, passeatas para alcançar objetivos que sanem os problemas que geraram a insatisfação social.

O movimento social é a totalidade, mas a mobilização de pessoas em uma determinada área de uma cidade para protestar contra a falta de moradia é apenas parte do movimento; logo, ele é movimento social parcial. Além disso há as ramificações dos movimentos com suas tendências políticas, ideológicas, organizações mais, ou menos burocráticas. Viana (VIANA, 2016) chama essas ramificações de organizações mobilizadoras, que diferente dos partidos, sindicatos, igrejas e outras instituições servem para mobilizar os grupos sociais, e tem como base os anseios, interesses e objetivos desses grupos sociais e não os da burocracia sindical, partidária e da igreja.

Assim a ramificação e organização mobilizadora são partes dos movimentos sociais, e não eles em si, apesar de na prática confundirmos os dois, como acontece com as organizações dos trabalhadores sem-terra, o MST, que se confunde com o próprio movimento social, sendo na verdade uma ramificação e organização mobilizadora.

Os movimentos sociais não podem ser vistos pelo prisma da fragmentação, como células separadas da totalidade social; eles fazem parte da totalidade das relações sociais, tendo como “alicerce” o modo de produção, no caso da sociedade atual o modo de produção capitalista, com suas lutas de classes, relações de produção e reprodução da sociedade, os modos de regularização social com instituições religiosas, jurídicas, estatais, com ideologias, cultura etc.

Para entendermos a dinâmica dos movimentos sociais temos que entender as múltiplas determinações dele, como as classes sociais que fazem parte dos movimentos, se são mais, ou menos, burocratizados, se mantêm relação estreita com o Estado, se são movimentos populares de classes desfavorecidas, ou de classes burguesas e burocráticas; a forma como se insere na mercantilização da sociedade. Além do já dito temos que ter uma visão sobre a conjuntura política, a forma como o modo de produção se apresenta, regime de acumulação com sua forma de estado, luta de classes etc.

Em síntese podemos dizer que os movimentos sociais são:

Mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social. Um movimento social gera um conjunto de ramificações que muitas vezes são confundidos com ele, mas que são partes ou derivações do mesmo, tais como organizações, ideologias, tendências, manifestações, etc. (VIANA, 2016, p.48).

A questão da mulher

É notório o debate sobre as relações entre homens e mulheres, relações no trabalho,



casamento, violência doméstica. Maioria do que se escreve sobre o assunto vem sob a roupagem pós-estruturalista, que é a forma de pensar predominante desde a década de 1980, de onde vem também o neoliberalismo, o neoimperialismo- “globalização”, e o regime de acumulação integral, ou “toyotismo”.

A relação entre os sexos passa a ser nomeada relações de gênero; essa tem como característica a separação do biologismo, do essencialismo, mas acaba caindo no culturalismo, como se a mulher e o homem fossem construções culturais fragmentadas separadas de seus sexos biológicos e da totalidade social, como escrevem algumas autoras pós-estruturalistas, veja o exemplo de Scott:

Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.75).

Gênero seria uma construção ideal dos papéis femininos e masculinos separados de corporeidade; entretanto, as relações entre homens e mulheres passam pela questão corporal, são antes de mais nada relações sexuais, relações de reprodução e que são também sociais, além de serem base das relações sociais entre os sexos, que diferentemente da relação entre gêneros, são incluídas dentro de uma totalidade social, com as lutas de classes, modo de produção, ideologias, valores. As relações sociais entre os sexos também influenciam as relações sexuais.

Por isso nós preferimos falar em relações sociais entre os sexos, ao contrário do modismo predominante do construto de gênero.

Outro problema do conceito é colocar a questão da mulher como a-histórica; a violência, opressão, exploração da mulher seriam eternas e teriam surgidas ao concomitantemente aos seres humanos. A falta de historicidade da questão da mulher tem relação com a obnubilação dos problemas decorrentes do surgimento da sociedade de classes, de leituras superficiais sobre o papel dos sexos na história.

A questão da mulher enquanto opressão, ou seja, repressão da mulher no mundo público, e coerção na vida privada (VIANA,2006), tem seu nascedouro com o surgimento das sociedades de classes e propriedade privada, pois é nesse momento que surge a luta de classes relacionada a produção e relações sociais de produção nas sociedades classistas.

Em determinadas sociedades classistas passa haver uma diferenciação entre trabalho



produtivo e o improdutivo, onde o produtivo é realizado pelas classes desfavorecidas, exploradas e dominadas, e o improdutivo pelas outras classes. Dentro da classe explorada passa a ter também a divisão entre trabalho produtivo dos homens e o improdutivo das mulheres, elas passam a ser subordinadas aos homens numa relação destinada a reprodução da sociedade. Nas classes dominantes também há essa subordinação da mulher.

A divisão social do trabalho instaurada pelas sociedades classistas cria a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O trabalho produtivo se volta para a reprodução dos bens necessários para a reprodução da sociedade. O trabalho improdutivo é voltado para criar condições de reprodução do modo de produção. O trabalho produtivo é executado pelas classes exploradas e o trabalho improdutivo pelas demais classes sociais existentes. Entretanto, em determinadas sociedades classistas, ocorre uma divisão no interior da própria classe explorada, onde os indivíduos do sexo masculino se dedicam exclusivamente ao trabalho produtivo e as mulheres ao trabalho improdutivo (doméstico, que é um trabalho socialmente necessário). Desta forma, cria-se uma repressão da mulher do trabalho produtivo e uma coerção ao trabalho doméstico, que permite e a reprodução da força de trabalho. No interior da classe dominante, em determinadas sociedades, também há uma divisão semelhante, embora, muitas vezes, as mulheres destas classes sofram um processo de repressão maior e de repercussão menor, tal como no caso da ociosidade. Essa divisão do trabalho entre os sexos no interior das classes sociais é produto das necessidades de reprodução das relações de produção dominantes que gera a necessidade de opressão da mulher (VIANA, 2006, p.31).

Podemos dizer que o conceito de gênero é uma ideologia, uma falsa consciência que inverte a realidade, retirando aspectos da corporeidade, das relações sexuais e da luta de classes e da totalidade social.

Logo, não temos como adotar o termo gênero nos estudos sobre movimentos sociais femininos, que olha pelas lentes do culturalismo sem a perspectiva do materialismo histórico e das múltiplas determinações do real.

Como dito em linhas acima, trabalhamos aqui com relações sociais entre os sexos, e a partir disso temos que a questão da mulher passa pela sua corporeidade e pela opressão da mulher nas sociedades classistas (VIANA,2006); diferente do rocambole ideológico das relações de gênero.

Movimento social feminino ou feminista?

O movimento feminino tem suas raízes nas lutas operárias dos séculos XVIII e XIX; luta das mulheres proletárias contra a exploração nas fábricas. Mas nesse momento começa a surgir também movimento de mulheres com objetivos que não se resumidos aos problemas das classes desfavorecidas, era o caso do voto, as sufragistas tinham como escopo lutar pelo voto feminino.

Costumamos falar de “movimento feminista” para nos referirmos de maneira geral à luta das mulheres. É importante, contudo, tal como fez Clara Zetkin, começar diferenciando o movimento feminino de luta, cujo sujeito social são as mulheres, do feminismo como ideologia. Na história, surgiram dois grandes movimentos das mulheres. O primeiro coincidiu com a época das revoluções burguesas e o desenvolvimento da industrialização. O segundo que coincidiu com a incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho, à atividade produtiva (e não simplesmente reprodutiva) após a Segunda Guerra Mundial. Essa diferença entre movimento e ideologia é importante porque o primeiro movimento de



mulheres, que surgiu com as revoluções burguesas e a industrialização, não foi necessariamente feminista, mas, como assinala Zetkin, uma grande parte do movimento feminino não era feminista. Havia uma ala burguesa que eventualmente se definiu como feminista na Alemanha. Existiu também uma ala social-democrata ou socialista. O historiador Richard Evans calcula que, em 1914, o SPD, como resultado de seu trabalho no setor feminino da classe trabalhadora, possuía 175.000 mulheres filiadas (OPEEN apud GOMES, 2017, p.149).

Percebemos assim que haviam lutas por interesses ligados aos das classes burguesas, como desaguará no século XX e XXI com lutas por reconhecimento das “diferenças de gênero”, representatividade feminina partidária etc. Essas demandas são colocadas de forma universal, como se os movimentos das mulheres fossem monoclássistas e não tivessem suas diferenças.

O grupo social feminino é perpassado por várias classes sociais, etnias, raças, interesses, colorações políticas diferentes; não existe *a mulher*, mas sim mulheres.

Vão surgir ideologias que colocam os interesses de parte do grupo de mulheres como sendo o de todas, ideologia essa marcada pela falta de criticidade, sem a perspectiva da opressão histórica da mulher e sua relação com a luta de classes; estamos falando do feminismo.

O feminismo irá se moldar conforme a forma de pensamento predominante em cada época:

O vínculo da ideologia feminista é com as mulheres das classes privilegiadas e a produção ideológica é realizado pelas mulheres da classe intelectual ou de outras classes próximas, pois esta é sua condição de possibilidade. O feminismo se divide de acordo com o paradigma hegemônico e ideologias hegemônicas da época em que cada ideologia feminista específica é produzida. Em forma hipotética, se poderia falar de um “feminismo existencialista”, como o de Simone de Beauvoir; um “feminismo liberal”, como o de Betty Friedan; um feminismo pós-estruturalista, entre outros. Simone de Beauvoir produziu sua obra quando o existencialismo era hegemônico na França e o feminismo pós-estruturalista emerge justamente quando esta ideologia se torna hegemônica. Por isso as pretensões universalistas de toda ideologia, mesmo das antiuniversalistas, é uma ilusão e apenas reproduz o que é hegemônico, de acordo com os interesses da classe dominante (GOMES, 2017, p.160-161).

Uma das precursoras da ideologia feminista é Simone de Beauvoir com seu livro *O Segundo Sexo*, é nele que está a ideia que uma mulher não nasce mulher, mas torna-se mulher, será uma das bases da ideia de gênero adotada pelas pós-estruturalistas, e que atualmente é o paradigma dominante em revistas, movimentos feministas, nas universidades.

Um movimento social é formado em sua base por um grupo social, no caso do movimento de mulheres o grupo social que o sustenta é o das mulheres; é um grupo orgânico que tem como característica comum o *sexo*, e não o *gênero*.

No movimento social feminino temos ramificações, organizações mobilizadoras, tendências políticas e culturais diferentes que são coerentes com as classes sociais, raças, interesses burocráticos, libertário e revolucionários, ou conservadores. Uma dessas ramificações são os movimentos feministas, que são parte do movimento social feminino, mas não ele em si.

Com isso podemos dizer que não tem como falar de movimento social feminista, mas sim



feminino, entretanto, podemos falar de ramificações feministas como ideologias, doutrinas, concepções, dentro do movimento total feminino.

Utilizamos movimento feminino ao invés de feminista, pois o feminismo (como ideologia, doutrina, etc.) é parte desse movimento e não ele em sua totalidade. Nem todas as mobilizações das mulheres são “feministas” (a não ser que se confunda esse termo com toda e qualquer concepção que defenda os interesses das mulheres, o que seria uma extrapolação). As lutas das mulheres das classes trabalhadoras geralmente não são relacionadas com concepções feministas. Esse é o caso do “clube das mães”, analisadas por Sader [...], para citar apenas um exemplo (VIANA, 2016, p. 10).

Os movimentos sociais são em sua essência movimentos políticos também (JENSEN,2014), mas não políticos partidários, mas de lutas contra focos de insatisfação; o movimento feminino é um movimento político de luta contra opressão, contra discriminação da mulher negra, contra a falta de participação feminina na vida política, a favor do aborto etc. Porém cada situação tem relação com uma perspectiva cultural, classista, étnica, racial diferente.

Claro que existem situações onde a luta tanto de mulheres de classes burguesas, burocratas e de trabalhadoras se encontram; é o caso da violência feminina, e derivado disso temos movimentos de mulheres que levaram a criação de delegacias especializadas no atendimento da mulher, DEAM, leis como a de feminicídio, e políticas públicas relacionadas a violência doméstica.

Porém, mesmo sendo algo comum a todas as etnias, classes sociais, credos, culturas, a violência contra a mulher é a mesma? A mulher negra sofre mais ou menos violência por ser negra? A mulher trabalhadora tem mais chance de sofrer violência doméstica? Perguntas contundentes, mas que precisam de uma pesquisa empírica para serem respondidas, e que faremos em outro lugar; agora fica apenas a provocação.

A perspectiva feminista não dialoga diretamente com a perspectiva da mulher trabalhadora, dominada, explorada enquanto proletária, excluída na luta classista; apenas luta contra uma “construção” cultural sexista, como se apenas ideias fossem responsáveis pela opressão feminina. A cultura é apenas uma das formas de regulação social, lutar isoladamente contra uma ideologia não é lutar contra uma totalidade e chegar à raiz, a base do problema, seria como a pugna de Dom Quixote e o moinho de vento.

A luta pela emancipação feminina não é uma luta contra o sexo masculino, mas uma luta contra uma sociedade classista que oprime a mulher, explora homens e mulheres, retira a liberdade humana.

Se a opressão feminina surge com a sociedade classista, com o Estado e com a divisão social do trabalho; assim como a exploração e dominação dos homens das classes desfavorecidas; então a libertação total das mulheres passa também pela libertação de todos os seres humanos e do fim da sociedade classista e da luta de classes.



Conclusão

Com o capitalismo surgem mobilizações de grupos sociais insatisfeitos com determinadas situações sociais, essa mobilização de parte do grupo faz surgir os movimentos sociais.

Antes do capitalismo já existiam a opressão sobre a mulher e outros problemas, havia insubordinação de algumas mulheres de forma isolada, mas não havia um sentimento de pertencimento a um grupo com os mesmos problemas, demandas e com os mesmos objetivos. Será apenas na sociedade moderna que isso ocorrerá, levando aos movimentos sociais femininos.

Os movimentos sociais só existem sob determinadas condições históricas. Para se falar em movimentos sociais é necessário reconhecer que estes só existem quando possuem um grupo social (que pressupõe um interesse comum derivado de uma situação comum, mesmo que esta situação seja apenas um projeto político ou cultural) onde se forma uma ação e uma consciência coletivas. Não se pode falar, por exemplo, em “movimento das mulheres” ou “movimento feminista” na sociedade escravista grega e nem de movimento ecológico na idade média. No primeiro caso, não se pode negar a existência da “opressão das mulheres”, mas, se existe o problema, não existe a busca de solução, ou seja, a ação coletiva das mulheres contra esta opressão. Pode-se, sem dúvida, falar de resistência das mulheres e relatar casos individuais, mas a ação individual de uma mulher deve ser analisada como uma revolta (ou resistência) individual e não como um movimento social. Se tal revolta era realizada por várias mulheres, mas de forma individual e isolada, pode-se falar em revolta social, que é a soma das revoltas individuais. O mesmo ocorre no caso da resistência, sendo que a diferença entre revolta e resistência se encontra no fato de que revolta é uma ação ofensiva e resistência é uma ação defensiva. Acontece que um movimento social não surge da soma das revoltas (ou das resistências) individuais e sim da ação coletiva e consciente de um grupo social (JESSEN, 2014, p.133).

A questão da mulher² é fundamental para entendermos a mobilização feminina em movimentos sociais; a mobilização de parte dessas mulheres ligadas a hegemonia burguesa fará surgir o feminismo e sua luta cultural contra alguns aspectos ideológico e culturais sexistas, sendo assim ramificações do movimento social feminino total.

Na atualidade vemos uma atuação feminista pós-estruturalista como preponderante na ramificação feminista, e dela que evapora a ideologia de gênero.

Para uma ação e uma teoria crítica da sociedade não há como trabalhar com a ideologia de gênero³, pois a mesma não visa a emancipação humana e feminina, ela é ideológica, reformista e culturalista.

Por fim o movimento social feminino não é feminista, ele é mais amplo, e dentro dele há tendências tanto conservadoras, como radicais, revolucionárias etc.

Só haverá uma emancipação feminina de fato quando todos os seres humanos lutarem contra a opressão feminina e contra a opressão proletária, classista e sanguinária.

Referências

² Nas sociedades classistas a questão da mulher está relacionada às características físicas e a opressão feminina.

³ Devemos deixar claro que aqui não criticamos a ideologia de gênero aos moldes dos conservadores, pois esses juntamente da crítica a ideologia de gênero são contrários também a emancipação feminina e do proletariado.



JENSEN, Karl. Teses Sobre os Movimentos Sociais. Marxismo e Autogestão, Vol. 01, num. 01, jan./jun. 2014.

GOMES, Marcus. Movimento feminino e feminismo. Movimentos Sociais. Vol. 02, num. 03, jul./dez. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol.2, nº02, jul./dez. 1995.

VIANA, Nildo. Método Dialético e a Questão da Mulher IN: VIANA, Nildo (org). A Questão da Mulher- opressão, trabalho e violência. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2006.

VIANA, Nildo. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Prismas, 2016.